



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 3º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I

Professor: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Keven era muito amiga de Alayse até o dia em que, por motivos fúteis, se desentenderam e passaram a ser inimigas. Keven, mesmo sabendo não ser verdade, saiu dizendo para os colegas que Alayse havia furtado seu telefone celular. Edyla, amiga de Alayse, por sua vez, querendo prejudicar Keven, saiu dizendo para outros colegas que Keven era caloteira e barraqueira. Nesse caso hipotético, não há dúvida da prática de crimes contra a honra. **Diante o exposto, marque a alternativa correta:**

- a) () Keven praticou calúnia contra Alayse e Edyla o crime de difamação contra Keven.
- b) () Keven praticou injúria contra Alayse e Edyla o crime de calúnia contra Keven.
- c) () Keven praticou calúnia contra Alayse e Edyla o crime de calúnia contra Keven
- d) () Keven praticou difamação contra Alayse e Edyla o crime de injúria contra Keven

Questão 02

O *caput* do artigo 130 do Código Penal traz a seguinte tipificação: *Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.* **Sobre o referido tipo penal, analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa correta.**

- a) () Dentre as doenças venéreas previstas na norma penal em branco, acima, está a *AIDS*.
- b) () O tipo penal é compatível com a omissão. A expressão “deve saber” não se refere a culpa, mas a dolo eventual.
- c) () Tutela-se por meio desse dispositivo legal a incolumidade física e a saúde do indivíduo, sendo possível a prática do crime no âmbito do matrimônio.
- d) () Trata-se de um crime material que será consumado com a transmissão da doença. Por se tratar de um crime próprio, não pode ser praticado por qualquer pessoa.

Questão 03

No tocante aos crimes de perigo, analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa correta:

- I. São os crimes que se consumam com a mera exposição do bem jurídico penalmente tutelado a uma situação de perigo, ou seja, basta a probabilidade do dano.
- II. O crime tipificado pelo artigo 132 do CP, *Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente*, não admite a modalidade culposa e trata-se de um crime de perigo concreto, pois exige prova da efetiva ocorrência do perigo.
- III. O abandono de incapaz, tipificado pelo artigo 133 do CP é crime próprio, pois somente pode ser praticado por pessoa que mantém a guarda, cuidado, vigilância ou autoridade.

- a) () somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) () somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) () somente as assertivas II e III estão corretas
- d) () as assertivas I, II e III estão corretas.

Questão 04

Sobre o crime de rixa, assinale a alternativa correta:

- a) () para a consumação, devem existir ao menos cinco pessoas participando ativamente da rixa.
- b) () tem como objetividade jurídica a proteção da vida e saúde das pessoas envolvidas.
- c) () é um crime classificado como unissubjetivo. É, ainda, crime de condutas contrapostas, pois os rixosos atuam uns contra os outros.
- d) () trata-se de um crime próprio, de forma livre e de perigo concreto.

Disciplina: Garantias Fundamentais e Direitos Humanos

Professor: Mário César M. Miranda

Questão 05

Considerando que o Brasil é Estado Parte da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes como direitos que emanam da dignidade inerente à pessoa humana, marque a opção correta.

- a) Nos termos da Convenção, o termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter dela informação, ainda que as dores ou sofrimentos sejam consequência unicamente de sanções legítimas.
- b) Nos casos de guerra, devido às circunstâncias excepcionais, é possível justificar-se o uso de tortura.
- c) Não se concederá a extradição de pessoa quando houver razões para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura.
- d) É vedado a um Estado Parte deter pessoa de nacionalidade diversa suspeita de praticar tentativa de tortura.

Questão 06

Na disciplina constitucional brasileira sobre o Incidente de Deslocamento de Competência, também conhecido como Incidente de “federalização dos crimes contra os direitos humanos”, há previsão expressa de que

- a) apenas o Procurador-Geral da República é legitimado para a propositura do incidente.
- b) somente é admitido o incidente durante o curso do inquérito policial.
- c) o incidente pode ser proposto em toda e qualquer hipótese de violação de direitos humanos.
- d) a competência para o julgamento do incidente é do Supremo Tribunal Federal.
- e) no julgamento do incidente não deve ser considerado o risco de responsabilização internacional do estado brasileiro.

Questão 07

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com seu Protocolo Facultativo, assinada em Nova York, em 2007, é o único documento internacional de direitos humanos considerado com status de emenda constitucional no ordenamento jurídico nacional, pois

- a) foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, conforme procedimento previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- b) foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, conforme procedimento previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- c) é o único caso em que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou favoravelmente à tese de que o art. 5º, § 2º, ao prever que direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros

decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, basta para que uma convenção internacional sobre direitos humanos seja considerada equivalente à emenda constitucional.

d) há previsão expressa, constante de disposição da Emenda Constitucional nº 45/04, que os tratados e convenções de direitos humanos, mesmo que aprovados por quórum de maioria simples, possuirão status de emenda constitucional, face ao caráter materialmente constitucional de seus conteúdos.

Questão 08

Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é

- a) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
- b) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
- c) permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
- d) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.

Disciplina: Direito Ambiental

Professor: Aduino José de Oliveira

Questão 09

1 –No processo de licenciamento ambiental é concedida, na fase preliminar do planejamento do empreendimento, uma licença aprovando sua localização e concepção, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Essa licença é denominada

- a) licença primária.
- b) licença de operação.
- c) licença de viabilidade.
- d) licença prévia.

Questão 10

Com a finalidade de iniciar atividade industrial de produção de móveis, João, empresário individual, procura advogado para orientá-lo acerca dos procedimentos administrativos prévios às obras.

Sobre o licenciamento ambiental necessário para o início das obras, na qualidade de advogado de João, assinale a afirmativa correta.

- a) A obtenção de licença ambiental é necessária perante o Município e o Estado onde o empreendimento será instalado, tendo em vista o princípio da proteção integral.
- b) O licenciamento ambiental deve ser procedido exclusivamente pelo Estado caso o potencial impacto se dê em unidade de conservação estadual, exceto em Áreas de Preservação Ambiental.
- c) O licenciamento ambiental será feito, em regra, pelo IBAMA, contando com atuação supletiva e subsidiária técnica e administrativa de entidades estaduais e municipais do local do empreendimento.
- d) O licenciamento prévio será sempre procedido pelo IBAMA. Já as licenças de instalação e de operação se darão pelo Estado ou Município, de acordo com o potencial do impacto ambiental.

Questão 11

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente Lei 6.938/81, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é um órgão superior e consultivo dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA.

II. Entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

III. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão consultivo e deliberativo.

IV. Entende-se por poluidor somente a pessoa física ou jurídica de direito privado responsável, diretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

- a) Apenas II e III.
- b) Apenas I.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas I, III e IV.

Questão 12

Sobre o EIA, pode-se afirmar que é um instrumento público para elaboração de

- a) estudos de impacto ambiental.
- b) intervenção ambiental.
- c) influências ambientais.
- d) índices ambientais.

Disciplina: Dir. Civil – Das Obrigações I

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 13

(2016 – IESES - TJ-PA) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. No que diz respeito a este instituto do Código Civil é correto afirmar:

I. Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.

II. Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção não poderá ser exercida em cada período.

III. No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.

IV. Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

A sequência correta é:

- (a) apenas a assertiva IV está correta.
- (b) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (c) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (d) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

Questão 14

(2016 – FCC) João deve entregar um colar que vale R\$ 300.000,00 a Maria, Paula e Joana, sendo que Maria remitiu o débito. Assim, Paula e Joana exigirão o colar, mas, de outro lado, deverão restituir a João, o montante equivalente ao quantum remitido. Essa situação só pode ocorrer pelo fato de a obrigação em tela ser:

- (a) solidária passiva.
- (b) indivisível.
- (c) divisível.
- (d) solidária ativa.

Questão 15

(2016 - TRF - 3ª REGIÃO) Assinale a alternativa incorreta:

- (a) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- (b) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (c) A remissão da dívida feita por um dos credores em obrigação indivisível extingue esta para com os demais credores.
- (d) A remissão da dívida feita por um dos credores solidários extingue a obrigação com relação ao devedor, devendo aquele credor responder aos outros pela parte que lhes caiba.

Questão 16

(2006 – FCC - TRT - 4ª REGIÃO - RS) De acordo com o Código Civil brasileiro, nas obrigações em que há solidariedade ativa:

- (a) em regra, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsistirá mais, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (b) o pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida, por expressa vedação legal, tendo em vista a solidariedade existente.
- (c) a um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- (d) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

Disciplina: Teoria Geral do Processo - TGP

Professor: Christiano F. da Silva Vitagliano

Questão 17

Determinada pessoa jurídica sofreu penhora de bens por alegado tributo não pago sem ter conhecimento de qualquer medida judicial prévia. E a medida sequer tinha natureza cautelar. O empresário indignado procurou a Fazenda Pública e quitou seus débitos. Com base nessa afirmação responda qual a questão abaixo é verdadeira:

- a) Evidentemente que os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório foram violados.
- b) O empresário agiu mal, pois não cabe à Fazenda Pública cobrar tributos.
- c) O empresário deveria ter impedido o oficial de justiça de penhorar, ou seja, deveria descumprir a ordem judicial, usando da força.
- d) No caso feriu-se o princípio do juiz natural.

Questão 18

A lei só poderá limitar o conhecimento público dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem:

Quanto à afirmação acima é incorreto afirmar

- a) Fere o princípio da publicidade.
- b) Trata-se do princípio da publicidade.
- c) O princípio da motivação se confunde com o da fundamentação.
- d) Trata-se do princípio da inafastabilidade da divulgação processual absoluta.

Questão 19

Trata-se de princípio processual constitucional que determina que em todo processo se deve garantir a possibilidade de utilização dos meios de recursos cabíveis em nosso ordenamento jurídico, já outro princípio determina que a parte ré deve ter ciência do ajuizamento da ação contra si promovida para que caso queira possa oferecer oposição à pretensão apresentada em juízo pela parte autora.

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) A ampla defesa é garantida ao autor.
- b) Respectivamente se tratam do princípio do contraditório e do princípio da ampla defesa.
- c) Referem ao princípio do contraditório.
- d) Não há qualquer pertinência com o devido processo legal.

Questão 20

Em matéria de princípios processuais informativos há um que norteia em matéria de regramento de direito processual que tudo deve ser feito em conformidade com o modelo estatal escolhido, logo a normatização processual em um Estado de Direito deve ser coerente com esse modelo. Nessa linha de raciocínio, estamos tratando do seguinte princípio processual informativo, respectivamente:

- a) princípio jurídico
- b) econômico
- c) da legalidade
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Disciplina: Direito do Consumidor

Professor: Ilídia Aparecida Silva

Questão 21

Em relação ao direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, é correto afirmar que:

- a) inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- b) caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- c) caduca em cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- d) obsta a decadência, a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante qualquer órgão de defesa do consumidor até a cientificação do fornecedor acerca de seus termos.

Questão 22

Um consumidor presenteou sua filha com um aparelho celular no Natal e constatou, ao presentear-lá, que uma tecla do aparelho não estava funcionando. Após contatar com a loja, foi encaminhado a uma das autorizadas. Com base na legislação pertinente, o consumidor poderá exigir do comerciante, primeiramente:

- a) o dinheiro de volta.
- b) o conserto do produto no prazo máximo de 30 dias.
- c) um produto idêntico emprestado enquanto durar o conserto.
- d) a substituição do produto por outro da mesma espécie.

Questão 23

Karina adquiriu no supermercado Golf laticínio produzido pela empresa Lima e acabou por passar mal porque o produto estava estragado, tanto em razão de falha na fabricação como no armazenamento. Se o juiz se convencer de que Karina sofreu danos morais, deverá condenar:

- a) Golf e Lima, independentemente de comprovação de culpa, porque o fabricante é objetivamente responsável pelo fato do produto mas o comerciante responde igualmente em caso de conservação inadequada de produtos perecíveis.
- b) Lima, independentemente de comprovação de culpa, porque o fabricante é objetivamente responsável pelo fato do produto, bem como Golf, em caso de comprovação de culpa, porque o comerciante responde apenas subsidiária e subjetivamente pela conservação inadequada de produtos perecíveis.
- c) apenas Golf, independentemente de comprovação de culpa, porque a responsabilidade pelo fato do produto, embora subjetiva, é exclusiva do comerciante.
- d) apenas Lima, porque a responsabilidade pelo fato do produto, embora objetiva, é exclusiva do fabricante.

Questão 24

Numa situação hipotética, um consumidor comprou um alimento não perecível produzido pela empresa X, cuja embalagem demonstra exatamente quem é o fabricante. Tal alimento foi comercializado pelo supermercado Y, sendo que este consumidor, ao comer o alimento, quebrou seus dentes e engoliu um parafuso, por que tal objeto estava dentro do produto consumido. Diante do quadro exposto, e nos exatos termos do que prevê o Código de Defesa do Consumidor sobre tal matéria, é correto afirmar que:

- a) no caso em tela, a responsabilidade descrita é pelo fato do produto, sendo que devidamente identificado o fabricante, no caso a empresa X, esta deverá ressarcir o consumidor por todos os danos que sofreu em decorrência do defeito apresentado no alimento. Esse consumidor terá cinco anos a contar dos prejuízos sofridos para requerer em juízo o seu ressarcimento.
- b) a responsabilidade descrita no caso em tela é pelo vício do produto e, por tal motivo, tanto o fabricante X quanto o supermercado Y responderão solidariamente pelos prejuízos sofridos pelo consumidor, que deve pleiteá-los no prazo decadencial de 30 dias, por se tratar de produto não durável.
- c) por se tratar de responsabilidade pelo fato do produto, tanto o fabricante X quanto o supermercado Y responderão pelos prejuízos sofridos pelo consumidor. Porém, o supermercado responderá subsidiariamente, e o consumidor terá prazo decadencial de cinco anos para pleitear seus direitos em juízo.
- d) a responsabilidade do caso é pelo vício do produto, sendo que apenas o fabricante X deverá responder pelos prejuízos causados ao consumidor. O prazo prescricional para que tais prejuízos sejam pleiteados em juízo será de cinco anos.